

Sachs defende “pacote” com um ajuste fiscal

129

por Valério Fabris
de Joinville

O Brasil levou ao extremo máximo a idéia de dar proteção aos funcionários públicos, garantindo-lhes, na Constituição, a estabilidade no emprego. Foi o que disse na última sexta-feira o economista norte-americano Jeffrey Sachs, professor catedrático de Comércio Internacional da Universidade de Harvard.

Depois de proferir uma palestra aos empresários de Joinville (SC), em um evento promovido pelo grupo Brasmotor, Sachs comentou a este jornal: “não faz nenhum sentido o emprego vitalício, sem que o Estado tenha meios de enxugar suas despesas com pessoal e de melhorar a sua eficiência”.

“Pelo que eu sei o Brasil é o País que mais exagerou na proteção ao funcionalismo e o único que colocou essa garantia na Constituição”, reforçou Sachs. Mas, o economista — que se notabilizou, principalmente, por ter ajudado a debelar a inflação boliviana — inclui o corte nas despesas de pessoal como parte de um ajuste fiscal que deveria encabeçar, com urgência, um programa antiinflacionário e um plano de estabilização. Ele não entende o porquê da aversão, que se está disseminando no Brasil, aos “pacotes econômicos”, se o País não tem qualquer condição de sair da aguda crise em que se encontra a não ser através de um austero programa de saneamento.

“Fala-se muito do insucesso de planos como o Cruzado, o do Verão ou do Bresser. Esquece-se que não houve ajuste fiscal em nenhum desses pacotes anteriores, ainda que o ex-ministro Bresser Pereira o tenha concebido, mas não tenha contado com a adesão do então presidente José Sarney”, disse Sachs.

O economista norte-americano afirma que as condições para o sucesso de um programa antiinflacionário começam pelo engajamento e pela liderança do presidente da República. A propósito dessa colocação de Jeffrey Sachs, a professora Aspásia Camargo, doutora em política econômica da Fundação Getúlio Vargas, disse que “o presidente Itamar Franco está muito enfraquecido”. Ela acha que o preconizado ajuste antiinflacionário deve ser uma exigência de uma frente parlamentar suprapartidária.

O roteiro que Sachs estabelece para o ajuste contempla, ainda, os seguintes pontos: privatização das empresas estatais, austero controle das ações dos bancos estaduais, redução da dívida externa, a estabilização dos preços pelo controle da oferta de moeda ou pelo controle da taxa de câmbio e estímulo à livre concorrência através de maior abertura da economia ao exterior (incluindo o incremento das exportações).

Ele disse que é preciso que se quebre o mecanismo da correção monetária.